



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro para foto com assessores das salas de situação do PAC

Palácio do Planalto, 19 de março de 2008

Eu acho que pela primeira vez na história do Brasil um presidente da República se reúne com um grupo de servidores públicos, primeiro para agradecer o que já foi feito, segundo para pedir que a gente faça o que não foi feito, com maior precisão do que o que nós já fizemos.

Eu não sei quantas vezes, no País, alguém agradeceu aos servidores públicos, porque normalmente os servidores públicos são bode expiatório para as muitas mazelas de coisas que não funcionam na administração pública.

Então, essa reunião aqui, pedida pelos companheiros da Casa Civil, com os ministros Lobão, ministro Alfredo, ministro Guido, ministro Márcio e ministro Temporão, e outros companheiros que não puderam estar aqui, é para dizer algumas palavras, não de cobrança, mas algumas palavras de agradecimento pelo que foi feito.

O Brasil estava desacostumado a fazer investimentos da envergadura que nós estamos fazendo, do PAC. Os mais experientes, aqui, para não dizer os mais velhos, lembram que o último momento de investimento em infraestrutura neste País aconteceu no governo Geisel, que foi de 1975 a 1980. Foi o último grande investimento em obras de infra-estrutura.

O que se comenta, a partir daí, é que havia uma discordância no governo Geisel, junto à área econômica, que discordava do presidente Geisel. Mas pela cara do Geisel, a gente percebia que não era muito fácil discordar dele... as obras foram feitas. As obras foram pensadas, arquitetadas, e o que aconteceu depois é que hoje se culpa o endividamento do Brasil por conta dos investimentos que foram feitos naquela época. Dizem até que foi a razão pela qual o Mário Henrique Simonsen se afastou do governo Figueiredo, porque o



governo Figueiredo tinha que começar a pagar as contas que o governo Geisel fez.

O PAC, eu penso que virou moda agora dizer que eu tenho sorte, tudo o que acontece no Brasil, agora, é porque eu tenho sorte. Deus queira que eu continue tendo sorte. Nós tivemos sorte, porque o PAC poderia ter se transformado em um desastre se nós o tivéssemos lançado antes das eleições de 2006. Ele iria passar para a sociedade como mais uma peça eleitoreira e, portanto, perderia a credibilidade na sociedade. E também porque, na época, o nosso assessor dizia que era plenamente possível a gente ganhar as eleições sem precisar inventar mais nenhum programa.

Quando nós lançamos o PAC, no dia 22 de janeiro de 2007, eu penso que também tivemos sorte quando ousamos fazer uma coisa inédita no Brasil, que foi construir uma boa cumplicidade entre o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais. Foi a partir das informações que nós dispúnhamos que construímos aquilo que nós considerávamos os projetos prioritários nas grandes regiões metropolitanas. E resolvemos chamar governadores e prefeitos para que a gente fizesse uma cumplicidade planejada, para que a gente não passasse dinheiro para o governador, que iria, depois, dispor desse dinheiro por critério político, às vezes, atendendo um prefeito que precisaria menos do que outro, que teria mais problemas. E conseguimos. Foram quase 6 meses, ou 7 meses de negociação com os prefeitos.

E quando a imprensa me perguntava se eu não achava que estavam demorando as obras do PAC, eu dizia: é melhor demorar um pouco, e quando sair, sair com força total, do que a gente começar de forma atabalhoada, dando ordem de serviço, ou anunciando obras em municípios e, depois, o povo passa meses e meses e não vê essa obra acontecer.

Bem, esse cenário, permitiu uma construção do Conselho Gestor, seja o Conselho Gestor coordenado pela Casa Civil, envolvendo o Planejamento, a



Fazenda e mais os ministros das áreas afins, seja um Conselho Gestor montado em cada ministério, em cada empresa pública, seja um Conselho Gestor montado pelo governo do estado ou pelos governos municipais. O fato concreto é que nós implantamos no País uma dinâmica de comprometimento de um conjunto enorme de pessoas – que nem se conheciam – para construir um projeto que não é do presidente Lula, do ministro Alfredo, do ministro Lobão, da ministra Dilma, do ministro Guido, do ministro Paulo Bernardo, do Temporão ou do Márcio. É um projeto para este País, que não apenas nós, mas os nossos filhos, os nossos netos, irão vivenciar e certamente, poderão viver em um país menos injusto do que aquele em que nós vivemos, sobretudo, quando éramos crianças ou adolescentes.

Mas, depois que nós construímos toda essa arquitetura, nós ainda percebemos que tem coisas que eu cobro todo santo dia, porque nós ainda temos problemas bem menores do que já tivemos, porque no primeiro mandato, quando a gente começava a fazer uma obra, a gente decidia fazer a obra na Presidência da República, depois, essa obra tinha divergência entre ministros e a gente ficava sabendo da divergência 6 meses depois. Quando eu pensava que ia ser convidado para inaugurar a obra, a obra não tinha nem saído ainda do papel, porque o ministro do Planejamento não concordava com o ministro dos Transportes, que não concordava com a ministra de Minas e Energia, que não concordava com o ministro das Cidades. Às vezes, coisas que eram decididas no governo não andavam porque chegavam na Fazenda e a Fazenda tinha um problema, o Planejamento culpava a Fazenda ou a Fazenda culpava não sei quem. Era um tal de cada um passar a responsabilidade para o outro e quem era prejudicado era o País todo, porque você tinha tomado a decisão política, você tinha dinheiro para disponibilizar e, às vezes, as obras não aconteciam.

Eu tenho uma coisa muito marcante na minha cabeça: no último ano do governo passado, quando foram anunciados quase 5 bilhões de reais para



saneamento básico, foram disponibilizados 2 bilhões e pouco e só foram liberados 262 milhões. É impensável que a gente possa viver construindo um País em que as mais diferentes células da máquina pública não conversam entre si e, ao mesmo tempo, que essa mesma célula da máquina pública, a partir dos ministros, que não são considerados da máquina pública, mas são – temporariamente, enquanto viger a sua permanência – os coordenadores de cada ministério, portanto, o chefe imediato de todos os setores que trabalham na área deles. Então, é impensável que a gente decida fazer uma obra e uma ponta do governo, seja da área econômica, da área de planejamento, não concorde ou discorde e, por isso, a obra não sai.

Além disso, nós tínhamos um outro problema crônico. Muitas vezes, um bom projeto pára na divergência entre os ministros. Ou outra vez, os projetos param na mesa de qualquer um de vocês. Pára por quê? Porque segundo o rito de fazer coisa pública neste País, é assim. Para tudo tem manual, para tudo tem uma orientação. Se a pessoa vier de verde, a decisão tem que ser azul. Se vier de azul, a decisão tem que ser preta, mas não tem alguma alternativa de novidade. Uma novidade pára a máquina: “não está previsto na lei, não está previsto no manual, isso aqui não está no manual, nas normas de funcionamento” e as coisas ficam truncadas. Muitas vezes, culpa-se o funcionário sem saber que a culpa é uma coisa que vem de muito tempo e é uma coisa que vem sendo acumulada por conta de uma questão cultural neste País. Muitas vezes se pensa que todo mundo é corrupto, até prova em contrário, quando deveríamos partir sempre do princípio de que, todo mundo é honesto até prova em contrário. Então, hoje, nós tínhamos uma série de funcionários, e com muita razão, muito preocupados em aceitar um projeto. Na verdade, eu acho que as pessoas pensavam: “bom, se eu aceitar isso aqui, o Ministério Público vai vir em cima de mim, eu vou ser processado, meus bens vão ser disponibilizados e o governo não coloca nem advogado para me defender. Eu é que vou arcar com as despesas do advogado”. Quando isso foi



pensado e feito, não para moralizar a máquina pública, mas na minha opinião, para atravancar e emperrar a máquina pública.

Eu me lembro de um decreto, de uma lei que eu vetei aqui, que era uma questão ambiental e que tinha um artigo que dizia: “em caso de liberação de serviço pelo órgão ambiental, que for questionado pelo Ministério Público... Não, era para tratar de calamidade. Se o funcionário liberar uma verba em caráter emergencial, para enfrentar uma calamidade e depois houver uma acusação, uma denúncia contra ele, seus bens estarão disponibilizados”. O que iria acontecer? Esse funcionário não iria, nunca, liberar a verba. Eu penso que no PAC, o fato de nós envolvermos muitos ministérios, o fato de os ministérios criarem grupos gestores dentro de cada um, o fato de nós termos uma coordenação-geral, tem permitido que a gente consiga produzir infinitamente mais do que já se produziu em qualquer outro momento na história do Brasil. Porque muitas vezes eu fico pensando: bom, por que um servidor público, que tem 20 anos de carreira, que não gosta do presidente ou que não gosta do ministro, vai fazer uma coisa que o ministro quer, se ele já sabe que o ministro só tem quatro anos e que ele já tem 20 de casa e que ele pode continuar?

Na teoria, isso pode acontecer em todas as áreas. Na prática, a metodologia de trabalho, a competência de convencimento e de envolvimento das pessoas, é que pode mudar e tornar todo mundo parceiro da boa causa. Por isso que o PAC é, na minha opinião, a coisa mais bem engendrada que nós já fizemos neste País, do ponto de vista administrativo e eu, cada vez que viajo, levanto para a Dilma, levanto para os ministros, levanto para a mídia, algumas dúvidas. Nós ainda temos problemas sérios na obra do PAC, que são informações precisas. Dependendo de quem você fala, se você falar com três pessoas em cada ministério, você terá três informações diferenciadas. E como eu tenho muita facilidade de guardar números, o número que me foi dito há um mês, podem ficar certos que eu me lembro.



Eu poderia dar um exemplo aqui na área da Educação. Agora, então, eu decidi que só vou citar número... ele tem que vir por escrito pelo ministro e assinado, porque eu quero dizer: segundo o ministro dos Transportes; segundo o ministro de Minas e Energia; segundo a ministra-chefe da Casa Civil; segundo o ministro da Fazenda, porque qualquer um pode passar por mentiroso, menos o Presidente da República. Eu acabo de fazer um documento sobre uma coisa: vamos investir 170 milhões de reais em tal coisa. Meia hora depois tem um papel na minha mão: 144. Quem marca a minha agenda, está cansado. Eu faço uma reunião com os ministros e falo: companheiros, temos obras para visitar, porque eu quero visitar para ver como está. Aí tem ministro que fala: “está tudo pronto Presidente, tudo pronto”. Eu falo: então vai falar com a agenda. Aí a agenda liga para o chefe de gabinete dele: “não, essa não está pronta, essa não está pronta, essa não está pronta”. Agora, estamos descobrindo o quê? Veja o absurdo companheiros, nós temos o dinheiro, coisa que nós não tínhamos no passado, temos a decisão política de fazer, coisa que não se tinha no passado porque era tudo para o superávit primário. Temos dinheiro, temos a decisão política, temos as obras definidas, temos a necessidade dos governos municipais e estaduais.

Eu ia à Curitiba amanhã, tudo certo. Quando foi ontem, nós ficamos sabendo que não está pronto. Aí, de vez em quando, se queixam da burocracia da Caixa. Eu já falei para a Maria Fernanda que eu vou para a Caixa um dia e eu quero acompanhar por onde entra um processo, por quantas mesas ele passa, para saber quantos dias demora para dar uma decisão, porque eu acho que se colocasse todo mundo em torno de uma mesa só, na mesma hora, a decisão sairia mais rápido. Porque se não, o cidadão pega o processo, 4h da tarde, está na hora dele ir embora, no dia seguinte ele não vem trabalhar, dois dias depois ele vai pegar aquele processo.

O tempo do País exige de nós, um comportamento quase revolucionário, se é que a gente pode dizer assim. Porque se nós não aproveitarmos essa



maré de bonança que este País está vivendo, de auto-estima da sociedade... É uma pena que eu não posso convidar todos vocês para irem a algumas cenas das quais eu participo, o olhar de gratidão desse povo. Quem viveu a minha ida ao Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha, quem viu, viu, quem não viu não sei se vai ver outro momento daquele: a gratidão das pessoas porque o Estado brasileiro está chegando lá, o Estado brasileiro está presente. É a primeira vez que o Estado vai competir como o crime organizado, é a primeira vez que o Estado vai dizer: olha meu filho, você vai ter escola aqui, você vai ter uma casa melhor, você vai ter rua, você vai ter luz, você vai ter biblioteca, você vai ter polícia, você vai ter hospital e escola. É a primeira vez que nos vamos estender a mão para milhões de brasileiros que moram em situações totalmente degradadas e dizer: nós estamos aqui para fazer a reparação de erros que foram cometidos neste País durante séculos e o PAC é exatamente isso.

Por isso é que vocês participam, neste momento, de uma obra que possivelmente, a gente não tenha dimensão dos efeitos que vai causar neste País. Se a gente imaginar o que aconteceu nas represas Billings e Guarapiranga neste País, em São Paulo, nesses últimos 40 anos, em que era proibido invadir área de manancial, era proibido construir coisas na área de manancial, o prefeito via, os vereadores viam, os governadores viam e invadiram. São milhões de pessoas que moram hoje em lugares totalmente degradados e nós estamos começando a fazer a reparação. Se não tivessem acontecido essas ocupações desordenadas, certamente, estaríamos aplicando o dinheiro em outra coisa, mas ao não ter tido cuidado no passado, nós vamos ter que fazer agora, para evitar que outros vivam pior do que esses estão vivendo hoje lá. Então, eu quero visitar as 27 capitais e nós sabemos que também tem muita demora na área da administração da prefeitura ou de... Às vezes o prefeito culpa a Casa Civil, às vezes culpa o Planejamento, às vezes culpa o ministro da área, e o erro às vezes está no prefeito ou está no



secretário do prefeito. Está em alguém que não cuidou. O caso de Curitiba ontem é um caso típico disso.

Eu estou indo a Recife agora e certamente, as obras principais de Recife, não estão prontas ainda. E sabe o que é triste? É triste porque há um ano e meio nós estamos com esse programa, para que as pessoas se dediquem de corpo e alma, 24 horas por dia, para ver se a gente gasta. Porque, o que vai acontecer com meu amigo Guido Mantega e o Paulo Bernardo? Se chegar no final do ano, a gente for apresentar a conta, e a gente não gastou o que estava previsto, ele fala: “Ah, esse governo não tem capacidade de execução”. Não é isso, Guido? “Então, vamos diminuir o dinheiro do PAC”. E nós precisamos aumentar o dinheiro do PAC.

Eu penso que depois da experiência que nós estamos tendo, eu acho que nunca mais este País voltará a ser o mesmo. Porque todo mundo está aprendendo um pouco mais, todo mundo está conseguindo fazer um pouco mais daquilo que fazia. Porque, também, na máquina pública, as pessoas só trabalham se tiver demanda, se não tiver demanda ninguém tem o que fazer.

Então, companheiros, essa reunião aqui, que é uma reunião de agradecimento pelo que vocês fizeram até agora, e foi muita coisa, eu sou testemunha disso, porque mensalmente acompanho, ou acompanho diariamente, com os ministros, é para pedir para vocês: nós ainda temos pequenos problemas, que vai da falta de experiência mesmo, que vai da falta de hábito, da falta de costume.

Nós temos este mês de março, que está terminando, e o mês de abril, o auge do início das obras, sobretudo na área de saneamento e urbanização de favelas, nessa área mais crítica, porque depois tem energia, depois tem transporte, depois tem habitação, depois tem uma série de coisas. Mas a área mais pobre deste País, a que nós precisamos estender a mão, jogar a bóia, é essa área mais degradada, em que as obras precisam começar agora, porque senão, daqui a pouco, a gente não pode mais fazer contrato com nenhum



prefeito, porque tem eleição, e a partir de junho você não pode mais fazer contrato nenhum.

Como é que nós vamos fazer acordo com os 4 bilhões da Funasa? Quer dizer, se não houver agilidade nisso, nossa, de todo mundo, do Presidente da República ao mais singelo dos funcionários desta Casa que estiver envolvido com o PAC, a gente tem que assumir o nosso compromisso de não deixar nada para amanhã, o que for possível fazer hoje, a gente fazer hoje, para que a gente possa dar ordem de serviço e ver essas coisas acontecerem. O resultado dessa obra, o que vai ser, na verdade, além da melhoria da qualidade de vida das pessoas? É mais emprego, mais crescimento econômico e mais favorecimento a todo este País.

Por isso, companheira Dilma, eu que, num ato bem pensado, disse que você era a “mãe do PAC”, é porque eu sei o esforço que você faz junto com a sua equipe, para coordenar isso. Sei quantas vezes você tem brigado com seus companheiros ministros, sei quantas vezes é obrigada a dizer: “Não dá para gastar tanto, só pode gastar isso”. E os companheiros precisam compreender. Às vezes o capitão do time é obrigado a xingar o jogador do próprio time, que não está suando a camisa direito.

E eu acho que nós temos a obrigação, eu, como presidente, os ministros, e vocês, como servidores públicos deste País, nós temos o compromisso moral e ético de gastar, e gastar bem, cada real que nós colocamos no PAC. Eu não sei quantas pessoas de vocês estão aqui, que jamais imaginaram ver um governo anunciar 504 bilhões de reais de obras neste País. Isso era impensável, era quase que impossível, e aconteceu.

Portanto, agora, está nas nossas mãos executar essa grande tarefa. Porque se tudo isso der certo, o que vai acontecer? Quando chegar 2010, quem sabe a gente não esteja comprometendo apenas mais 504 bilhões. Como vamos arrecadar mais, a economia vai crescer, quem sabe a gente esteja fazendo um “Pacão” aí, de 1 trilhão e 8 bilhões de reais, o dobro do que



nós fizemos agora. E para isso acontecer vai depender da execução dessa primeira etapa do PAC.

Portanto, companheiros, nessa reunião de agradecimentos, eu queria dizer para vocês: valeu a pena a gente ter feito o PAC, valeu a pena ter construído os Conselhos Gestores, e valeu a pena a gente acreditar que este País aprendeu a andar com as suas próprias pernas e valeu muito mais a pena a gente acreditar em uma coisa que eu descobri quando cheguei à Presidência. A verdade é que, no Brasil, você tem poucos setores públicos bem-remunerados e muitos servidores públicos mau-remunerados. Nós somos um País ainda de casta nessa área. Tem algumas categorias que ganham muito e outras que ganham muito pouco e às vezes penso que cobrar de uma pessoa, que ganha 4, 5 mil reais, que trabalhe 14, 15, 16 horas por dia, alguns até trabalhando aos domingos... eu só poderia dizer para vocês: muitos terão um lugar no céu quando não estiverem mais aqui, porque a dedicação é muito grande. Eu tiro pela Presidência da República: tem gente que entra aqui às 8h e tem gente que sai daqui à meia-noite e, pelo menos para mim, nunca reclamaram. Eu acho que esse é o sacrifício de quem está na máquina pública. Portanto, companheiros ministros, meus agradecimentos, podem ficar certos que daqui para frente nós vamos cobrar muito mais e a todos vocês que participam do PAC, que Deus continue motivando vocês a acreditarem que vocês são os dentes da engrenagem que toca este País.

Muito obrigado e parabéns a vocês.

(\$211A)